

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Diane de Macedo Fernandes

**COMO SE ORGANIZA E SE DÁ O PROCESSO DE APRENDIZAGEM EM UM
COLETIVO FEMINISTA DA UFSC?**

FLORIANÓPOLIS-SC

2019

Diane de Macedo Fernandes

**COMO SE ORGANIZA E SE DÁ O PROCESSO DE APRENDIZAGEM EM UM
COLETIVO FEMINISTA DA UFSC?**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Sociais do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do Título de Licenciatura em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Amurabi Oliveira.

FLORIANÓPOLIS-SC

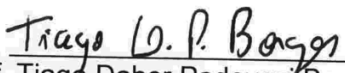
2019

Diane de Macedo Fernandes


**COMO SE ORGANIZA E SE DÁ O PROCESSO DE APRENDIZAGEM EM UM
COLETIVO FEMINISTA DA UFSC?**

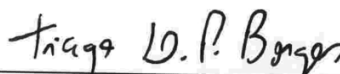
Esta Dissertação/Tese foi julgada adequada para obtenção do Título de
"Licenciatura" e aprovada em sua forma final pelo Curso de Ciências Sociais.

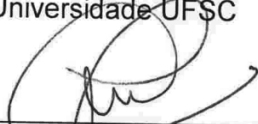
Florianópolis, 06 de agosto de 2019.


Prof. Tiago Daher Padovezi Borges, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:


Prof. Amurabi de Oliveira, Dr.
Orientador
Universidade UFSC


Prof.ª Morgani Guzzo, Dr.ª
Universidade UFSC


Prof. Jacques Mick, Dr.
Universidade UFSC

Universidade UFSC

Em memória e Ynti Alan Teixeira Tischler que deixou seu sorriso e sua alegria marcados em nossos corações.

Dedico esse trabalho a minha mãe, Maria Inês, minha inspiração de mulher;

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe pela força, amor e acolhimento durante esses anos longe de casa, e a meu pai de coração por me apoiar em minhas escolhas. Aos meus amigos agradeço pela paciência nesses últimos meses me ajudando e lendo meus textos, suportando e dando suporte as minhas ideias e teorias malucas. Vocês são minha segunda família.

Agradeço também ao colégio de Aplicação e a suas professoras, que graças a meu estágio com suas crianças fez despertar em mim o amor pela sala de aula.

Em especial, obrigada equipe GAUSS por me acolherem no cursinho enquanto professora de Sociologia, e aos meus alunos que aguentaram toda minha ansiedade durante as aulas, dar aula para vocês foi uma das coisas mais enriquecedoras que já fiz nesses cinco anos de UFSC.

Obrigada também a meu orientador pelo acolhimento, e a todos meus professores, foram parte essencial nessa caminhada, em especial aqueles com que pude trabalhar mais de perto em eventos e pesquisas.

Ao PET conexões de saberes, que me apoiou e foi compreensível nos meus momentos mais frágeis e sensíveis na universidade.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar como funciona e como se dá os processos de aprendizagem em um coletivo feminista da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O trabalho é de caráter qualitativo e trata-se de um recorte sobre coletivos sociais feministas, o qual utilizou como procedimentos metodológicos a revisão bibliográfica, documental e a pesquisa de campo. Na pesquisa de campo foi utilizado um questionário semiestruturado para dar mais abertura e fluidez à entrevista. O trabalho aqui apresentado fundamenta-se em autoras como Costa (2004), Sanderberg (2008), Garcia (2015), Sarti (2004) e Pinto (2010), dos quais, conceituam brevemente sobre movimentos feministas; e, também escritoras e pesquisadoras como Maia (2013), Sposito (2008) e Gohn (2006; 2009; 2014; 2018), que discutem sobre coletivos, juventude e processos de educação não-escolar. A pesquisa de campo realizou-se com um coletivo feminista da UFSC, localizado no Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), tendo como público alvo suas integrantes, das quais, foram quatro delas entrevistadas. Podem-se ressaltar como principais resultados que o coletivo se faz um lugar de aprendizagem, visto ter nele trocas pessoais e acadêmicas, estudos e atividades organizadas pelas próprias integrantes, dentro e fora do ambiente universitário.

Palavras-chaves: Movimento social; coletivo feminista; estudos feministas; educação não-escolar.

ABSTRACT

The aim of this work is to analyze and to go through the learning processes in a feminist group from Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). The research is taken on a qualitative approach focusing on that group, and using as methodological procedures bibliographic and documental reviews in addition to field searches. The present work is substantiated by the following authors: Costa (2004), Sandberg (2008), Garcia (2015), Sarti (2004) e Pinto (2010); who have briefly conceived and studied feminist movements. And other researchers as: Maia (2013), Sposito (2008) e Gohn (2006; 2009; 2014; 2018); of which discuss about social political groups, youth and unschooling educational processes. The empirical part of this study was done by using predetermined surveys with the group members. It is important to mention the main result of this study wich is that a feminist group, such as a social political group, is a place to exchange knowledge, personal experiences and activities organized by the members inside and outside the university.

Keywords: Social Movements; feminist group; feminist studies; unschooling educational.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

CFH – Centro de Filosofia e Ciências Humanas

CCS – Centro das Ciências da Saúde

SAAD – Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades

CDGEN – Coordenadoria de Diversidade Sexual e Enfrentamento da Violência de Gênero

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

CA – Centro Acadêmico

CAFIL – Centro Acadêmico da Filosofia

DCE – Diretório Central Acadêmico

CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

PET – Programa de Educação Tutorial

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	1
2	O COLETIVO FEMINISTA DA UFSC	6
2.1	PERFIL DO COLETIVO	6
2.2	ANÁLISE DA ENTREVISTA	9
2.3	COMO FUNCIONA SUA ATUAÇÃO NA UFSC?	11
3	O MOVIMENTO SOCIAL FEMINISTA.....	18
3.1	APRESENTANDO O MOVIMENTO FEMINISTA	18
3.2	O MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL	19
4	COLETIVO E APRENDIZAGEM	24
4.1	ENSINO E APRENDIZADO NOS COLETIVOS	24
4.2	POR QUE PARTICIPAR DO COLETIVO? O QUE SE APRENDE NELE?.....	27
3.3	COLETIVO E FORMAÇÃO ACADÊMICA.....	29
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
	REFERÊNCIAS	36
	ANEXOS.....	42
	ROTEIROS DE ENTREVISTAS	42

1 INTRODUÇÃO

A ideia de fazer o presente trabalho, trazendo o coletivo como foco da pesquisa, veio após o início do estágio obrigatório do curso de Ciências Sociais com habilitação em licenciatura na UFSC, feita no Instituto Estadual de Educação (IEE), no primeiro e segundo semestre de 2018, enquanto professora estagiária de Sociologia, matéria esta obrigatória para todo o ensino médio conforme Lei nº 9.131/95 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) com uma turma de segundo ano.

Tivemos como primeiro tema a ser estudado na escola, o de movimentos sociais, que, após a aplicação de um questionário exploratório que continham perguntas sobre o assunto, poucos alunos o responderam, sendo observado também, durante o decorrer das aulas, que poucos deles sabiam o que eram ou o que representavam os movimentos sociais.

Para abordar o tema em aula, como forma de didática, foi chamada uma ex-representante do coletivo feminista Portal Catarinas para falar sobre como o coletivo funcionava com os alunos, chamando a atenção de boa parte destes que, como *feedback*, disseram ter se interessado em conhecer mais os coletivos, levando também a me inspirar a procurar o Coletivo Lility¹, um coletivo feminista da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), para conhecer melhor a realidade do mesmo.

Após frequentar algumas reuniões e atividades realizadas pelo coletivo enquanto integrante, observei que o mesmo se organizava sob a autonomia das próprias participantes, sem nenhum tipo de hierarquia entre elas, chamado minha atenção o fato de que muitas delas, mesmo nunca tendo tido contato com outros coletivos anteriormente, conseguiram se organizar em reuniões e atividades, produzindo palestras e cine debates dentro da universidade abertos a comunidade, no qual, muitas vezes tiravam o dinheiro de suas próprias arrecadações em festas ou feiras, vendendo comidas ou roupas usadas para poderem arcar com alguns custos

¹ Nome fictício dado ao coletivo para preservar a identidade do mesmo.

materiais das atividades, como cartazes e panfletos, sendo também procurado pelas alunas como forma de acolhimento, desde por motivos mais graves como assédio sexual ou para se acolherem enquanto mulheres e comunidade LGBTQ+ ².

De acordo com Gohn (2017), os movimentos contestatórios nos espaços públicos ocorridos em 2013, feita em sua maioria por jovens, contribuiu também para o aumento da construção dos coletivos sociais, principalmente nas universidades, ambiente fértil para a construção e estudo dos coletivos. Principalmente na UFSC, que, conforme perfil do graduando da universidade, em 2018, apontada pelo Relatório Executivo da V pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFEs³, relatando que 35% dos graduados que entraram na universidade em 2018 foram por ações afirmativas. Dos 12.302 que entraram por cotas, 3.010 são pretos/pardos ou indígenas e 89 por Deficiência, implantada, esta última, no vestibular de 2019. Esses dados nos mostram que a universidade pública tem ficado cada vez mais heterogênea, se tornando um espaço de diversidades com o crescimento da entrada de minorias sociais em seu espaço, através do sistema de cotas socioeconômico e racial⁴.

Os coletivos universitários vem crescendo continuamente desde 2014 (GUZZO; WOLF, 2015), principalmente os coletivos feministas, que, atualmente na UFSC, através de um mapeamento feito pelo coletivo aqui estudado, existem cerca de vinte coletivos feministas no campus. É sabido que existem diversos tipos de coletivos. Porém como se dá o processo de aprendizagem dentro de um coletivo feminista universitário? De que forma se organizam? Como participar do coletivo contribui para a formação acadêmica das integrantes?

² A sigla se refere ao grupo composto por pessoas, das quais, se identificam como lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgênero, interssexuais, e demais orientações de gêneros, inclusive o queer (+).

³ Vide <https://noticias.ufsc.br/2019/06/perfil-do-graduado-ufsc-universidade-e-espaco-de-inclusao-diversidade-e-acesso-a-cultura/>

⁴ Em 2008 o Conselho Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina criou o Programa de Ações Afirmativas (PAA), sendo elas cotas sociais e raciais, para alunos oriundos de escola públicas, negros e indígenas, conforme lei aprovada pelo Congresso Nacional, Lei nº 12.711/2012, que torna obrigatória a reserva de cotas para alunos provindos de escolas públicas em todas as instituições de ensino federais, sendo elas escolas técnicas, institutos e universidades.
<http://prograd.ufsc.br/files/2013/10/perguntas-e-respostas-cotas-vest2014-web.pdf>.

Atualmente, autoras como Gohn (2017) e Sposito (2008) têm se dedicado aos estudos de jovens e coletivos sociais no Brasil, dialogando entre estes e as formas de aprendizado da educação não-formal que são constituídos nesses espaços pela juventude, fora da sala de aula, dos quais, em sua maioria são formados por estudantes universitários, que, ao se depararem com um universo cheio de possibilidades e diversidades na academia, se unem em grupos de interesses comuns como os coletivos.

A educação não-formal se consolidou no Brasil na década de 1960, através dos movimentos de educação ou de cultura popular. Ela é colocada como um processo de aprendizado contínuo, no qual, ocorre em vários momentos da vida seja na juventude, idade adulta ou terceira idade, estando ela paralela à educação formal (SPOSITO, 2008).

Entendemos neste trabalho, por movimento social, toda ação coletiva de um grupo organizado que luta por direitos e mudanças sociais por meio de embate político, tendo este, pautas mais abrangentes e hierarquia, enquanto que, os coletivos são grupos menores, mais pautados em temas sociais mais específicos e locais, que tem como sua principal fonte de comunicação as redes sociais. Em um coletivo, os integrantes são livres para participar ou não das atividades organizadas, tendo uma rotatividade de participantes fluída, além de não ter nenhum vínculo formal ou burocrático com alguma instituição, permanecendo sob sua própria organização autônoma.

Para a execução do trabalho foi analisado uma bibliografia seletiva para conceituar o assunto sobre feminismo e coletivos, sendo estes pesquisados em anais como: livros, periódicos e jornais eletrônicos. Além da pesquisa bibliográfica sobre estudos sobre movimentos feministas, coletivos sociais e aprendizagem extra-classe, também foi feita uma pesquisa de campo com o coletivo Lility, através de entrevista semiestruturada com o mesmo, localizado na UFSC, no campus Davis Heitor de Lima, em Florianópolis, formado por mulheres cis e LGBTQ+.

A entrevista foi feita com quatro integrantes do mesmo, das quais, todas são estudantes de um curso na grande área das Ciências Humanas e Sociais. Sendo escolhidas, entre elas, duas integrantes mais antigas do coletivo, para falar com mais

propriedade de seu surgimento, e duas mais novas, para com isso, podermos comparar suas falas.

Os quadros de perguntas da entrevista semiestruturada foram previamente definidos em um roteiro, sendo o mesmo dividido em três blocos, contendo no primeiro perguntas sobre os dados pessoais das entrevistadas; no segundo bloco foram feitas perguntas sobre o surgimento do coletivo apenas com as integrantes mais antigas para responderem sobre a história do mesmo; e no terceiro bloco fizemos em torno de vinte e quatro perguntas a todas as entrevistadas variando entre desde o motivo de terem entrado nele, até perguntas sobre como elas o avaliavam enquanto espaço de aprendizagem. No primeiro bloco foram feitas 12 perguntas, sendo 11 no segundo e 24 no terceiro, anexados no final trabalho.

As entrevistas foram gravadas para fins de consulta estando elas autorizadas pelas participantes e tendo as mesmas seu nome modificado neste trabalho, preservando com isso a identidade de todo o coletivo. A escolha da entrevista semiestruturada foi pelo mesmo tornar acessível à pesquisadora um diálogo mais informal com as alunas, permitindo mais liberdade de expressão às mesmas, podendo durante o processo ser encaixada perguntas que se fizessem persistentes.

Enquanto autora me coloco como observadora participante do trabalho como método de investigação qualitativa, visto já ser uma participante do coletivo e ter acesso ao meio em que ele se encontra. Mesmo sendo uma integrante, poucas foram as atividades em que participei, não sendo assídua nas atividades do grupo, ficando o trabalho também como uma forma de conhecer melhor o coletivo como um todo, mostrando através de uma monografia sua contribuição à comunidade interna e externa a universidade.

A pesquisa utiliza de uma metodologia qualitativa, e mais especificamente da técnica da observação participante para coleta de dados, visto a necessidade da inserção do pesquisador no local pesquisado afim de compreender a visão de mundo dos atores pesquisados (HAGUETTE, 1992; LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

A técnica da observação participante é importante para a pesquisa pela necessidade de se conhecer as peculiaridades do movimento estudado e para uma imersão do pesquisador na realidade daquele grupo, permitindo uma visualização

mais aprofundada das vivências e práticas dos atores estudados. Através da participação em reuniões, produção de palestras, participação em grupos nas redes sociais pode-se visualizar o dia-a-dia desses atores e suas articulações políticas.

Em suma, a proposta do trabalho é não só dar visibilidade aos coletivos feministas universitários ou aumentar os estudos sobre o assunto na atualidade, mas também buscar entender, sob o olhar de suas integrantes, de que forma o coletivo se apresenta enquanto espaço de aprendizagem e como participar dele contribui para a formação acadêmica de suas participantes.

2 O COLETIVO FEMINISTA DA UFSC

2.1 PERFIL DO COLETIVO

Com a ajuda do coletivo aqui pesquisado, foi mapeado cerca de vinte coletivos feministas na UFSC, sendo eles:

- Coletivo Feminista da Filosofia
- Coletivo Mâestudantes\UFSC
- Coletivo Jornalismo sem Machismo
- Mulheres do CSE
- Coletivo 4P
- Coletiva de Minas do RI
- Coletivo Feminista Maria Aragão
- Coletivo Mulheres na Engenharia
- Coletivo Kurima
- Projeto Faladeiras
- Coletivo Minervino de Oliveira
- Movimento de Mulheres Olga Benário – SC
- Coletivo Urbanas – Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSC
- Coletivo feminista Classista Ana Montenegro
- Coletivo Feminista Marielle Franco – Educação do Campo
- Movimento negro em defesa das cotas
- Coletivo Negro do curso de Direito Lélia Gonzales
- Mitia Bonita - Coletivo feminista da Biologia

- Coletivo MISANFEME – Cinema
- Coletivo negro do Serviço Social Magali da Silva Almeida

De acordo com as entrevistadas, o Coletivo Lility foi fundado em 2016 pela pouca representatividade e união feminina dentro de um curso de renome nas ciências humanas, onde, algumas meninas da Pós e da graduação junto a Professora Rosa, também do curso, se uniram formando o coletivo aqui estudado.

Por não terem muitas mulheres no curso, fazer parte de um coletivo que é vinculado a um, fez com que algumas mulheres do mesmo se juntassem a ele para se apoiarem. O coletivo foi feito para unir estudantes, que na percepção delas, eram muito desunidas, e com ele as estudantes puderam se organizar para mudarem as coisas que não as agradavam dentro curso, como por exemplo não terem nenhuma matéria na ementa em que fossem destinadas a cientistas ou escritoras feministas.

Consoante as entrevistadas o coletivo é formado não só por alunas, mas também por mulheres de fora da UFSC, uma professora, e alunas de outros cursos como Filosofia, Geologia, Geografia, Ciências Sociais, Museologia e Ciências da Informação. Neste coletivo, há em sua maioria, meninas de todas as fases de um mesmo curso, além das demais. Mesmo tendo alunas de outros cursos, o coletivo pauta na filosofia feminista. Devido às intervenções do coletivo, foi conseguido por ele, através de discussões com a coordenação e com o curso, mais espaço para se abordar sobre feminismo, com uma disciplina construída com cientistas e escritoras feministas, dadas pela professora integrante do mesmo.

Hoje, o coletivo é feito exclusivamente por mulheres, tendo já participado homens trans., no entanto, dentro das reuniões são aceitas somente mulheres cis e transexuais e pessoas não binárias, sendo vetada somente a entrada de homens cis, para que as participantes se sintam mais confortáveis em debater e se abrir emocionalmente.

O coletivo então, se alterna entre uma semana de reunião interna e outra de grupo de estudos, que é uma das atividades que ele abre para todos aqueles que quiserem participar. Como dito anteriormente, mesmo sendo um coletivo feito exclusivamente por mulheres, o coletivo é aberto a todos que quiserem participar de suas atividades internas como por exemplo os debates de textos feministas ou das externas como palestras, saraus, cine-debates etc.

Ao serem questionadas sobre a inserção do homem dentro do coletivo, foi colocada por elas que o papel do mesmo seria em levar as discussões feministas para outros ambientes e apoiarem a causa, no entanto, elas disseram que, mesmo abrindo o coletivo para eles, pouco são os que participam ou se engajam, sendo um dos desafios do coletivo trazer mais homens para seus debates e atividades.

Foram feitas entrevistas com quatro integrantes do coletivo Lility, sendo escolhido entre elas, duas participantes que estivessem há mais tempo, e duas, a menos, sendo elas: Sueli, Simone, Ângela e Emma. Dessas integrantes, estão desde a formação do coletivo, Sueli e Simone.

Sueli participou da formação do coletivo junto as meninas da pós-graduação, enquanto Simone entrou uma semana depois. Já Emma e Ângela começaram a participar do coletivo no início do ano de 2019. Essa divisão foi feita para podermos compreender e analisar melhor a visão que as integrantes têm do coletivo, dividindo-as então em participantes mais antigas e mais novas. Com exceção de Simone que estava desde o ano de 2018 afastada do coletivo, voltando para ele recentemente, todas as outras entrevistadas são participantes ativas do coletivo, ou seja, participam das atividades e reuniões frequentemente.

As entrevistas foram divididas em três blocos, sendo o primeiro com perguntas sobre seus dados pessoais como nome, idade, curso, semestre e se já haviam participado ou não de outro coletivo ou movimento social. O segundo bloco foi abordado somente para as duas integrantes mais antigas, visto que foi questionado nele sobre o nascimento do coletivo, como o motivo de seu surgimento, as pessoas por trás dele, etc. Já no terceiro bloco, assim como o primeiro, foi feito a todas. Aqui é onde poderemos entender o motivo dessas alunas terem entrado no coletivo, seu papel enquanto integrante e de como o coletivo contribui para a formação acadêmica das mesmas.

Consoante aos dados das entrevistadas feita no primeiro bloco, elas têm em torno de 20 e 24 anos, se identificando enquanto mulheres cis e trans. Quanto a orientação sexual, metade das entrevistadas ao responderem o questionário, não souberam o que responder. Uma se identificou enquanto bissexual, outra como pansexual e, duas delas, disseram não saber ainda sobre sua orientação. As alunas advêm em sua maioria do Estado de Santa Catarina, providas das cidades de

Blumenau, Joinville, Santo Amaro e Campinas - SP. Todas elas fazem parte de um curso renomado da UFSC, variando entre a 1ª e a 7ª fase, ou seja, alunas que iniciaram a graduação entre 2016/1 e 2019/1, sendo que nenhuma delas iniciaram algum outro tipo de graduação antes de ingressarem nesta universidade.

2.2 ANÁLISE DA ENTREVISTA

Ao serem questionadas sobre suas posições políticas, algumas das alunas se colocaram como anarquistas e socialistas, enquanto se identificaram apenas como sendo de esquerda, afirmando que as outras integrantes também pendem para a esquerda, assim como o próprio coletivo, mesmo este se colocando enquanto apartidário. Essa escolha se deve ao fato de cada integrante ter suas próprias orientações políticas, porém, compartilharem de posições semelhantes. Esse dado se apresenta enquanto interessante por nos mostrar a variedade de coletivos que podem se construir dentro do espaço acadêmico.

O coletivo se coloca como sendo apartidário e interseccional, visto abordar sobre diferentes tipos de feminismos, como o negro, o anarquista, o liberal, entre outros, em suas discussões de textos quinzenais.

Dito isto, pode ser observado que, o coletivo Lility foi formado por pessoas que compartilham de ideias e valores, o reconhecendo enquanto um espaço e meio de atuação política para atingir seu objetivo.

Temos hoje no Brasil inúmeros grupos de mobilizações sociais ou políticas que se autodenominam “coletivos”. Ganhando relevância nos estudos recentes que analisam a participação política dos jovens (GOHN, 2017; MAIA, 2013). Com o aumento das mobilizações, ativismo e militâncias ocorridas no Brasil nos últimos anos, os grupos autodenominaram-se assim, passando então a ter mais visibilidade no cenário das ações coletivas. Sendo esse tema presente tanto nos meios de comunicação como nos estudos acadêmicos de variadas áreas de pesquisas.

- Experiências em outros grupos políticos

A maioria das entrevistadas nunca participaram de outro coletivo antes desse, com exceção de Emma que participava do bloco autônomo da Filosofia, que, porém, já não participa mais. Todas elas assinalaram terem participado de outros grupos políticos como o centro acadêmico (CA) e o Diretório Central dos Estudantes (DCE), ambos movimentos estudantis. O primeiro é formado por representantes do mesmo curso para dialogar sobre o currículo e questões pontuais do mesmo, e o segundo, é feito por alunos de diversos cursos, representando todos os estudantes. Ambas tem como papel representar, discutir e lutar pelos interesses dos estudantes de forma democrática.

Ao serem questionadas se ainda participavam do mesmo, com exceção de Simone que não o integra mais, todas as outras ainda participam do CA. Sueli que já esteve à frente do DCE afirma não o integrar mais, pois, de acordo com ela:

Já construí em 2017 o DCE, porém não participo mais porque não é levado como relevante o combate às opressões de forma debatida, nem se constrói nada nesse sentido. Todo mundo se diz contra as opressões e a favor da luta das minorias, mas quem não pertence a esses grupos não agregam dentro do movimento e se ramificam, se voltam mais as pautas políticas de maneira desligada e descoladas dessas pautas, travando uma luta branca, cis e masculina(SUELI).

É possível observar na fala da entrevistada que, mesmo em grupos políticos como o DCE, que deveria representar minorias políticas como as mulheres e lutar contra as opressões, não o faz, por ser, conforme a entrevistada, feito em sua maioria por homens brancos e heteronormativos, ou seja, é feito por pessoas que já compõem o padrão social, não representando as minorias sociais como os negros, as mulheres ou a comunidade LGBTQ+.

Assim também coloca Simone que diz não participar mais do CA por “*Questões pessoais e por falta de coletivismo*”. Conforme a entrevistada, o CA de seu curso é formado majoritariamente por homens brancos e cis, que não abrangem pautas feministas ou o combate a opressões dentro do curso. Para a entrevistada, o Centro Acadêmico do seu curso não é um ambiente em que haja muita solidariedade com grupos que fogem ao padrão social masculino.

Ou seja, mesmo grupos políticos que na teoria deveriam representar os alunos e suas diversidades, na prática, conforme observado nas falas das alunas, não o fazem, por serem feitos majoritariamente por indivíduos que não representam essas diversidades, deixando de lado pautas como as lutas das minorias (mulheres, negros, pobres, gays e indígenas), gerando com isso a falta de coletividade entre os participantes, que como pode ser visto é um dos motivos principais pelas alunas deixarem de estar nos mesmos.

2.3 COMO FUNCIONA SUA ATUAÇÃO NA UFSC?

O coletivo atua dentro da UFSC através de reuniões na sala do Centro Acadêmico localizada no entre blocos do CFH, sendo elas quinzenais assim como o grupo de estudos consolidado que ocorrem quinzenalmente, tendo também reuniões extraordinárias aos sábados para discutirem os assuntos que irão compor o engajamento do coletivo, como por exemplo a arrecadação de dinheiro para a semana acadêmica prevista para o segundo semestre de 2019, atividade esta que está em pauta para o coletivo.

No grupo de estudos os textos e temas são escolhidos pelas próprias integrantes. Normalmente nessas reuniões são discutidos temas atuais sobre o feminismo, racismo, gênero, orientação sexual, etc., ou questões que estejam em pauta na atualidade. Os textos são compartilhados nas redes sociais do coletivo, em específico na página do *Facebook* ou por e-mail, através do drive, discutindo autoras como Simone de Beauvoir, Margareth Cavendish, Carolina de Jesus, Maria Firmina dos Reis entre outras.

Diferente do coletivo pesquisado por Maia (2013), que diz ter dificuldade em manter documentos formais, o coletivo Lility, mesmo também tendo uma grande fluidez em relação a suas integrantes conseguem manter, de forma organizada seus documentos.

Como dito anteriormente, para o próximo semestre de 2019, o coletivo está organizando uma semana acadêmica feminista, com isto, ele tem se organizado em brechós para venda de roupas, para então conseguirem financiamento. Isso ocorreu

as integrantes devido ao fato da semana acadêmica do curso em que estão a maioria das participantes, organizada pelo CA do mesmo, não ter incluído nenhuma autora, ocorrendo a elas fazerem então sua própria Semana Acadêmica Feminista. Além disso, todo o dinheiro arrecadado é usado para fins acadêmicos do coletivo como por exemplo passagem para ir até as escolas para darem palestras; para a produção de camisetas com o logo do coletivo; banners; panfletos etc., sendo essa a forma de financiamento do coletivo, mostrando com isso sua autonomia frente a instituição acadêmica.

Conforme uma das entrevistadas mais antigas do coletivo, nos primeiros anos de sua instituição era mais fácil de se conseguir materiais e espaços para as atividades, tendo que apenas reservar os lugares na secretaria do curso com um ofício específico, porém, através das falas das alunas mais novas, hoje, no mesmo lugar as regras ficaram mais rígidas e burocráticas, se tornando mais difícil de se conseguir ocupar as salas ou pedir materiais na secretaria ou coordenação. No entanto, mesmo com regras rígidas, em outros espaços da universidade, como em outros centros por exemplo, o coletivo também consegue reservar salas para suas atividade e reuniões, através de parcerias, como já feito com o PET Conexões de Saberes ou na própria sala do CA.

O coletivo promove atividades como: palestras na universidade e em escolas; saraus e cine debates, abordando questões como assédio sexual, estupro, aborto, gênero e sexualidade ou assuntos que estejam sendo discutidas no cotidiano, buscando promover debates sobre essas questões. Recentemente o coletivo foi chamado por uma escola para abordar sobre feminismo com alunos do ensino médio numa escola pública, localizada no bairro do Estreito em Florianópolis, do qual, foi feito uma dinâmica com os mesmos, tirando-os da sala e levando-os até a quadra de esportes.

O ato de irem até a escola e ensinarem através de dinâmicas sobre o feminismo enquanto atividade do coletivo, pode nos mostrar que, essa prática também contribui para o ensino e aprendizagem nas integrantes e dos beneficiados por elas.

Para a conscientização sobre assédio sexual na universidade, o coletivo distribui panfletos e manuais para calouras sobre onde encontrar um coletivo feminista mais próximo, assim como cartazes abordando sobre o que é assédio

sexual na universidade, colados nas portas dos banheiros femininos do CFH, informando sobre o que é assédio sexual, e onde procurar ajuda caso venham a sofrê-lo. Nesses panfletos, que foram feitos no período da pesquisa, foi de fácil acesso à pesquisadora por meio das entrevistadas. Nele, o coletivo escreve sobre o assédio na universidade; como romper o silêncio; as práticas que constituem o assédio, e se caso a pessoa sofrer o mesmo, mostram onde achar o coletivo ou a SAAD para buscar ajuda.

- Coletivo Lility e as redes sociais

Para se comunicarem o Coletivo Lility usa as redes sociais entre si e com a comunidade através principalmente da página e grupo fechado do *Facebook*, *WhatsApp* e e-mail. A página é aberta para quem quiser participar, sendo nele postado todas as atividades e eventos do coletivo. Hoje a página encontra-se com um total de até então 304 curtidas e 308 seguidores. Em seu grupo fechado consta com 249 membros, sendo nele compartilhado textos e datas dos eventuais grupos de estudos. Dentro do grupo de *WhatsApp* cerca de 40 participantes o utilizam para se comunicarem através de um grupo criado pelo coletivo, no qual, nem todas participam das atividades realizadas por ele, como grupo de estudo ou reuniões, mas participam dos debates ou discussões feitas no grupo na rede social.

Conforme Maia (2006), o *Facebook* é um dos espaços típicos da juventude, estando os coletivos então na “vanguarda das novas formas associativas”, tendo como exemplo mais significativo os usos das redes sociais e a horizontalidade, assim como os novos meios de comunicação e a internet (GOHN, 2011). De modo geral, como pode ser visto, ao mesmo tempo em que são influenciados, os coletivos também influenciam debates sobre marcadores sociais na universidade, como acontece não só em suas atividades externas, como também em suas redes sociais.

- Coletivo e sua luta

O coletivo implementou uma plataforma em sua página no *Facebook* para quem quisesse fazer algum tipo de denúncia, “a ouvidoria do coletivo”, criada numa época em que estavam acontecendo muitos casos de assédio no curso que não chegava até o mesmo devido ao medo de denunciarem formalmente por parte das

vítimas, que eram no geral, mulheres. Mesmo os casos de assédio que chegaram até o coletivo, ao passarem para a coordenação do curso, devido à falta de formalidade em uma instancia burocrática este dizia não poder fazer nada. E, ao levarem essa informação até às vítimas, muitas delas se assustavam e relutavam a denunciar por medo de ficarem marcadas pelos professores, ou por terem seus nomes expostos e serem prejudicadas.

Daí em diante o coletivo pensou em criar um espaço para fazerem essas denúncias, no caso, a ouvidoria do coletivo, onde a aluna escreveria sua denúncia e, através do e-mail que era deixado pela mesma, o coletivo entrava em contato para saber como a vítima estava e se gostaria de conversar, gerando muitas vezes um encontro entre ela e o coletivo, feito para as mesmas se apoiarem e conseguirem ajuda. De acordo com uma das entrevistadas:

O coletivo teve grande parte na minha formação acadêmica. Ela participou desde o começo da minha da minha formação em 2016, que eu acabei conhecendo a Maria que me introduziu a ele num xerox... Eu já conhecia o coletivo Ana Montenegro, mas não sabia se era um coletivo com os ideais que ele a queria, e o coletivo Lilithy veio com o intuito de construir junto, o que acabou ajudando-a, e ela o ajudou de alguma forma. Tendo que tomar a frente de várias discussões dentro da universidade como por exemplo machismo dentro da sala de aula por parte de professores e assédio sexual junto com o departamento e os professores acusados, buscando voz e igualdade dentro do curso. A partir dessa reunião, ela percebeu que o departamento enxergou o coletivo (SIMONE).

Como pode ser observado, a entrevistada junto ao restante do coletivo, conseguiram através de uma reunião com o departamento e os professores, levar um pouco das discussões pautadas pelo coletivo dentro do curso. Chamando a atenção que esse ato, em conjunto com o departamento, contribui também enquanto forma de aprendizado por suas integrantes, visto que, as mesmas colocam em prática as soluções para seus problemas.

Conforme as entrevistadas, hoje, a ouvidoria se encontra sem denúncias, sendo conferido por uma ou duas responsáveis por essa parte no mesmo. Na época em que ocorreram as denúncias de assédio foi feita uma reunião com as professoras do curso para se conversar sobre o mesmo, e dessa reunião surgiu outra reunião com os professores acusados pelas denunciantes, que conforme a entrevistada depois dela diminuíram-se os casos de assédio e comentários machistas de professores no curso. Para evitar novos casos de assédio, o coletivo produziu atividades em torno

deste tema como palestras com advogadas e militantes feministas, além da distribuição de panfletos, como visto anteriormente.

De acordo com as entrevistadas ao receberem casos mais sérios na ouvidoria do coletivo, como o de assédio, eram passadas para a Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades (SAAD) e a Coordenadoria de Diversidade Sexual e Enfrentamento de Gênero (CDGEM), que aconselhavam o coletivo nas providências que o mesmo, ou a vítima, deveria tomar. Ambas são entidades que acolhem e procuram combater às opressões sofridas pelas minorias sociais dentro da universidade, dos quais, demonstram apoio em questões burocráticas e psicológicas caso sejam necessários, apoiando as atividades do coletivo, visto serem entidades dentro da instituição que são pautados no combate a todos os tipos de violência e preconceito da universidade. Essas afirmações foram obtidas tanto através das entrevistas quanto do contato da pesquisadora em observação participante.

O coletivo não atua em muitos espaços da universidade, ficando mais recluso no próprio centro em que se organiza, a não ser que seja necessária alguma intervenção em outros lugares da universidade, como por exemplo quando foi chamado por outro coletivo feminista da universidade, para protestar contra um professor que assediava sexualmente alunas de outro centro da universidade, com cartazes escritos frases e falas do mesmo.

Consoante as entrevistadas, por medo de serem identificadas pelos professores, integrantes de outros coletivos pediram ajuda ao coletivo Lility para darem apoio ao protesto, das quais, todas deveriam usar máscaras e toca no cabelo, a fim de que não fossem reconhecidas pelo acusado, deixando evidente o medo que as alunas sentem, mesmo tendo o apoio de outras colegas.

Assim sendo, é possível observar que as atividades do coletivo pautam também em atividades como ir até as vítimas e oferecer ajuda e acolhimento, encaminhando quando necessário a lugares ou entidades específicas. Ajuda essas que são feitas também através da sororidade⁵ e da militância, característica que tem se evidenciado nas atividades deste coletivo, como estas observadas anteriormente.

⁵ “Aliança feminista entre as mulheres” vide mais em (GARCIA; SOUZA, 2015).

Aqui é possível observar que a militância e a solidariedade entre as alunas é também um processo de aprendizagem, onde, ao se depararem com denúncias e pedidos de ajuda, as alunas se organizaram e também procuraram ajuda de outros espaços na universidade que puderem colaborar.

- Sobre as questões de gênero e raciais

Ao questionarmos sobre a presença de mulheres negras no coletivo a maioria das entrevistadas afirmaram terem poucas, enquanto que uma delas disse que: “mulheres negras, negras, não”. Entretanto, todas disseram ter discussões raciais no coletivo. Levando-nos a identificar que, mesmo com grupos de estudos abordando raça, foi observado nas entrevistas que algumas das participantes têm dúvidas quanto ao reconhecimento das outras e de si quanto a raça negra.

Através da entrevista, foi observado ao pedir para se identificarem pela cor que, uma das alunas se identificou enquanto negra e outra não soube se identificar dizendo ter dúvidas sobre seu pertencimento ou não a raça negra. Enquanto outra integrante, afirmou não reconhecer meninas negras dentro do coletivo, nos levando a questionar: como é debatido as questões de colorismo dentro da raça negra nesse coletivo? Como são interpretados pelas estudantes essa questão? Mostrando-nos que, mesmo que haja discussões sobre negros no coletivo, ainda há dúvidas dentro desse espaço sobre o que é e quem faz parte deste grupo étnico.

Foi identificado também que há uma participação massiva de pessoas LGBTQI+ dentro do coletivo, no qual, não só das entrevistadas, mas também do restante do grupo, que conforme elas, há outras integrantes que também fazem parte dessa comunidade, ou seja, além do coletivo ser composto por mulheres cis, há nele mulheres que também compõem a comunidade LGBTQI+.

Ao serem questionadas sobre o debate de gênero e orientação sexual, foi afirmado por elas que é um tema debatido dentro do coletivo, seja nas reuniões ou nos grupos de estudos. No entanto, assim como no tema anterior, mesmo havendo discussões dentro do coletivo, ao serem questionadas nos dados do perfil sobre sua orientação sexual, duas das entrevistadas afirmaram não saberem responder, nos mostrando que, mesmo com discussões sobre raça ou sexualidade, há ainda muitas

dúvidas em si e no outro, mesmo que estejamos em um espaço de debates em que abordem tais questões.

O coletivo se coloca enquanto não-hierárquico. A prova disso é que, conforme as integrantes, não há uma pessoa específica enquanto representante habitual do coletivo que vá representar o mesmo em outros espaços. A maioria respondeu que quem normalmente o representa é aquela que está mais engajada. Todas elas apontaram as mesmas representantes habituais, dizendo que isso se deve ao fato delas serem as que mais estão interessadas e engajadas nos assuntos do coletivo, dos quais, algumas das entrevistadas se colocaram enquanto parte dessas representantes.

3 O MOVIMENTO SOCIAL FEMINISTA

3.1 APRESENTANDO O MOVIMENTO FEMINISTA

As lutas pela emancipação da mulher é um acontecimento moderno que começou a partir do século XVII, transformando e ampliando seu caminho com o passar das décadas. “O feminismo, como doutrina que preconiza a igualdade entre os sexos e a redefinição do papel da mulher na sociedade, é certamente a expressão máxima de consciência crítica feminina”, que começa na Europa setentista, em especial na França e Inglaterra em meio às transformações que estavam ocorrendo com o estabelecimento de um novo sistema econômico: o capitalismo (COSTA; SANDERBERG, 2008, p.24),

Em sua obra “Breve História do Feminismo”, de Carla Garcia (2015), a autora engloba de forma sucinta a trajetória do feminismo fora e dentro do Brasil. Feito por milhares de mulheres pelo mundo. O feminismo enquanto corrente de pensamento compõem vários tipos, sendo não só uma teoria política ou uma prática social, mas também uma tomada de consciência da discriminação vivida, transformando a vida de cada uma que dela se aproxima. Consoante a autora,

[...] desse modo, o feminismo pode ser definido como a tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, da opressão, da dominação e exploração de que foram e são objeto por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca da liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade que sejam necessárias para esse fim (GARCIA, 2015, n.p.).

Antes mesmo da Revolução Francesa as mulheres já trabalhavam na manufatura. Uma de suas primeiras manifestações feministas foi feita em Versalhes, em 1789, lideradas pelas francesas Rose Lacombe, Loison Chabry e Theroig Meric, que exigiam que a Assembleia Constituinte estabelecesse a igualdade de direitos entre sexos e a liberdade de trabalho (GARCIA, 2015).

Assim como Garcia (2015), segundo Costa (2004), o movimento feminista enquanto movimento social é essencialmente moderno, surgindo no contexto das ideias iluministas e das ideias da Revolução Francesa e Americana, se espalhando

num primeiro momento em demandas por direitos sociais e políticos, mobilizando mulheres da Europa, Estados Unidos e posteriormente para alguns países da América Latina, tendo como auge a luta sufragista. Até a Reforma Protestante que afirmava a primazia da consciência do indivíduo e o sacerdócio universal de todos frente a Deus questionou, porque não as mulheres? Levando a formações de grupos radicais como os Quackers que incluíram as mulheres como pregadoras no século XVII na Inglaterra.

O termo “feminismo”, foi empregado nos Estados Unidos da América (EUA) por volta de 1911, onde escritoras e escritores começaram a utilizá-lo no século XIX, para descrever um novo movimento pela luta de direitos e liberdade das mulheres, em que, além do sufrágio, buscavam uma determinação intelectual, política e sexual, conforme Garcia (2015). Os movimentos feministas que surgiram no capitalismo trouxeram uma análise sobre a participação da mulher nas relações de produção e emancipação feminina. Podendo ser dividido nesse primeiro momento como feminismo burguês ou sufragista e feminismo socialista (COSTA; SANDERBERG, 2008).

3.2 O MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL

Nos anos 1920 a luta sufragista se ampliou na América Latina, lideradas por mulheres de classe média e alta que em uma ação direta em conjunto aos aparelhos legislativos, conquistaram o direito ao voto, acontecendo primeiramente no Equador, em 1929; no Brasil, Uruguai e Cuba nos anos 1930; e na Argentina e Chile logo após a segunda Guerra Mundial, conquistando apenas na década de 1950 as mulheres do México, Peru e Colômbia.

Logo após conquistarem o voto, o movimento feminista entrou em processo de desarticulação na maioria dos países latino-americanos acompanhando a tendência ocorrida nos EUA (JAQUETTE, 1994. Apud COSTA, 2005, p.3.). Isso não significou a paralização das mulheres nos movimentos políticos, nos quais se organizavam em grupos como “[...] clubes de mães, associações de combate ao aumento do custo de vida, nas associações de bairros, nas lutas por demandas sociais (escolas, hospitais,

saneamento básico, creches, transporte etc.), direito à terra e à segurança (COSTA, 2005, p.3). No Brasil a primeira onda do feminismo também se manifestou através da luta pelo voto:

A sufragetes brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto. Foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto, tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres. Este direito foi conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro. (PINTO, 2010, p.2).

Em seu artigo “Feminismo, História e Poder”, Pinto (2010), aponta que a década de 1960 foi especialmente importante para o ocidente, visto o surgimento do movimento Hippie na Califórnia, contrárias aos valores morais e de consumo norte-americano. Na Europa, na mesma década, aconteceu o “Maio de 68” em Paris, onde estudantes ocuparam a Universidade de Sobborne, contrariando com isso a superioridade acadêmica estabelecida até então. Foi nessa mesma década que surgiu também a pílula anticoncepcional, primeiramente nos Estados Unidos da América e depois na Alemanha.

No Brasil, a década de 1960 é marcada pelo golpe militar em 1964, se tornando mais rigorosa em 1968 com o Ato Institucional n.5 (AI-5), pondo em xeque a democracia brasileira (PINTO, 2010). Portanto, enquanto que nos EUA e na Europa o ambiente se tornava propício para o surgimento de movimentos contestatório, aqui o que se tinha era um momento de repressão e luta política, oprimindo grupos de esquerda a ficarem na clandestinidade, conforme Pinto (2010). De acordo com Sarti (2004), na época, com a expansão do mercado de trabalho e da educação, no final da década, em um país que estava se modernizando, ainda que de forma excludente, gerou novas oportunidades para as mulheres.

Com a efervescência cultural em 1968 ao redor do mundo, estabeleceram-se novos comportamentos afetivos e sexuais, como o acesso aos anticoncepcionais e terapias para tratamentos psicológicos. Dito isto, com os padrões tradicionais entrando em conflito com os novos, unido ao Ano Internacional da mulher em 1975, criada pela ONU, que reconheceu a questão da mulher como um problema social, favoreceu a criação de um movimento social de fachada, que propiciou a partir de

então, a visibilidade para o movimento feminista (SARTI, 2004). Em meio a esse cenário nasce as primeiras manifestações feministas no Brasil na década de 1970 (PINTO, 2010; SARTI, 2004).

Consoante a Sarti (2004) e Costa (2005), o feminismo brasileiro teve como especificidade seu início em camadas sociais médias, chamado de “movimento de mulheres”, que se expandiu com as classes populares e organizações de bairros. Essa atuação marcou o movimento das mulheres que tinham delicada relação com a Igreja Católica. Tendo essas organizações femininas de bairro vínculo com a igreja, ambas se uniram em uma aliança com grupos de esquerda, contra o regime militar (SARTI, 2004).

Com a Anistia em 1979, as exiladas no regime militar retornam ao Brasil, contribuindo para o fortalecimento da luta feminista no movimento de mulheres, visto terem estado em outros países, entrando em contato com diferentes tipos de feminismos (SARTI,2004).

Em 1890, com o início da redemocratização no país, o movimento de mulheres no Brasil tinha força social e política consolidada, tendo suas ideias difundidas, aumentando com isso os grupos feministas em diversas associações como sindicatos e partidos (SARTI, 2004). No entanto, ao mesmo tempo que a consciência da opressão da mulher crescia, os grupos femininos também se desmembravam, ganhando força a partir de então, com uma atuação mais técnica e especializada (SARTI, 2004). Muitos se tornaram organizações não governamentais (ONGs), buscando influência nas políticas públicas, utilizando-se dos “canais institucionais”, direcionando suas questões que “[...] respondiam as prioridades das agências financiadoras (SARTI, 2004, p.42).

Em estudos recentes realizados por Novellino (2006) e Costa (2005), ambas as autoras afirmam que, com o aumento das ONGs foi desenvolvido o chamado feminismo institucional, caracterizando-se por serem organizados por várias ativistas, no qual, deixaram de lado as lutas populares, se focando nas atividades políticas, gerando um acirramento hegemônico internacional entre feministas institucionalizadas e autônomas. No Brasil essa dicotomia não encontrou ressonância, visto que, o movimento feminista brasileiro enquanto movimento social

estava mais vinculado a decisões participativas e democráticas, dificultando essa dicotomia.

As ONGs podiam ser definidas como constituídas por profissionais assalariados ou voluntários, que recebiam apoio financeiro do Estado e de agências de fomento e de fundações estrangeiras que se engajam em planos estratégicos com o objetivo de influenciar as políticas públicas e assessorar o Estado (NOVELLINO, 2006).

Ainda nos anos 1980, o feminismo brasileiro adentrou em um crescimento de lutas por direitos, com inúmeros grupos e coletivos em todas as regiões. Daí em diante, o movimento feminista brasileiro se tornou interesse dos partidos políticos, tendo suas demandas incorporadas em programas e plataformas eleitorais, no qual, até o PDS, o principal partido de direita da época criou seu Comitê Feminino.

Com a vitória do PMDB em São Paulo, foi criado o primeiro mecanismo para implementação de políticas para mulheres, o Conselho Estadual da Condição Feminina (CNDB), em 1983. Essa relação a nível institucional não foi fácil, porém foi uma brecha para a luta pela autonomia do movimento feminista, visto que, o movimento não pôde deixar de reconhecer a influência do Estado moderno na sociedade, seja de modo coercitivo como as leis ou as ações de bem-estar como políticas econômicas e sociais, o feminismo então, viu-o aliado na transformação da condição feminina (MOLYNEUX, 2003 apud, COSTA, 2005).

O CNDM junto ao movimento autônomo e outras organizações de mulheres, conduziu a Campanha Nacional Constituinte “pra valer tem que ter palavra de mulher”, com o objetivo de articular demandas que foram apresentadas a casa civil através da Carta das Mulheres à Assembleia Constituinte, do qual, entraram no Congresso Nacional múltiplas representações femininas, conseguindo uma atuação na bancada feminista e garantindo as demandas do movimento chamando o de *lobby do batom*, em defesa de uma legislação mais igualitária (COSTA, 2005). Com esse lobby conseguiu-se aprovar cerca de 80% das demandas com a CNDM junto ao movimento e a bancada, atuando então como representantes políticas que quebravam as regras tradicionais do país, na medida em que se articulavam sem a intermediação dos partidos. Dito isso, por chamar a atenção dos conservadores e

seus interesses que eram desvinculados da democracia e da participação popular ao finalizar o mandato, é destruído por Sarney o único órgão que tinha o respaldo e respeito popular, ou seja, a bancada feminista (COSTA, 2005).

Os anos de 1990 se iniciaram de forma frágil para as mulheres sob um clima conservador dominante do Estado. Os conselhos trabalhavam em situações precárias, longe dos movimentos e desprestigiados pelo Governo, surgindo com isso, através das articulações de grupos femininos, as ONGs feministas, com o objetivo de influenciar e obter influência nas políticas públicas, que preocupou vários setores dos movimentos quanto aos novos desafios e aos dilemas à militância (COSTA, 2005).

Como visto, desde a década de 1970, com a consolidação do movimento de mulheres no Brasil, vêm-se aumentando com ela a conscientização das opressões femininas na sociedade brasileira ao longo dos anos, que se multiplicou através de ONGs, movimentos sociais feministas e também os coletivos.

Hoje os movimentos feministas continuam sendo estudados, assim como os coletivos feministas nas universidades, que tem crescido sucessivamente nos anos 2000. Conforme uma pesquisa feita na UFSC em 2015, pelas autoras Guzzo e Wolf, mostram que, desde 2014, os coletivos de viés feministas e LGBTQ+ têm se tornado cada vez mais comum nos cursos da instituição, como nos cursos de Jornalismo, Relações Internacionais, Psicologia e o Centro Tecnológico.

Com a efervescência desses grupos, que se articularam para debater sobre preconceitos e opressões fora e dentro do espaço acadêmico, fez com que esse ambiente se tornasse propício para os estudos dessas composições contemporâneas de militância política. Dito isto, os coletivos, conforme Guzzo e Wolf (2015), provocam o empoderamento pessoal e engajamento político dentro e fora do ambiente universitário.

4 COLETIVO E APRENDIZAGEM

4.1 ENSINO E APRENDIZADO NOS COLETIVOS

Segundo Gohn (2016) a educação formal⁶ são aquelas desenvolvidas no ambiente escolar, com conteúdos delimitados, tendo os professores como educadores, com espaços limitados ao ambiente educacional. Enquanto que a educação não-formal, ou também chamada por Sposito (2008) de não escolar constitui-se por ser um tipo de aprendizagem fora do muro das salas de aulas. É aquela que se aprende, consoante a Gohn (2016), “no mundo da vida”, através do compartilhar de experiências em espaços de ações coletivas. Aqui quem educa é o outro por meio da interação, tendo o potencial de ser agente educador qualquer pessoa ou meio de comunicação, que capacitam os indivíduos a serem cidadãos, abrindo portas sobre o mundo e as relações sociais, gerando com isto, um processo educativo (GOHN, 2016).

Em conformidade com Gohn (2006), a interação social fortalece o exercício da cidadania. Na educação não-formal tem-se como metas a transmissão de informação e formação política e sociocultural, trabalhando a forma e a cultura política de um grupo, desenvolvendo laços de pertencimento, ajudando na construção de identidade, autoestima e empoderamento do coletivo, baseando-se na solidariedade e na identificação dos interesses comuns pertencentes aos processos de construção da cidadania coletiva (GOHN, 2016).

Os movimentos sociais são uma área de aprendizagem da educação não escolar, visto ter, historicamente na sociedade, movimentos voltados para a educação, em lutas por direitos e pela construção da cidadania, tratando temas abrangentes como: conteúdo escolar; gênero; etnia; nacionalidade; religiões; portadores de necessidades especiais; meio ambiente; paz; direitos sociais e culturais, etc., sendo esses movimentos produtores de saberes (GOHN, 2016; ARROYO, 2003). Ou seja, os movimentos sociais são não só espaços de aprendizado, mas também produtores do mesmo, assim como os coletivos que produzem em seu espaço e em sua construção aprendizagens não-formais.

⁶ Também chamada por Gohn (2006) de informal.

Nas redes sociais, tais organizações têm forte presença, difundindo o coletivo por ela, sendo inclusive realizadas as discussões no ambiente virtual (MAIA, 2013; GOHN, 2018). De acordo com Maia (2013), os coletivos realizam atividades espontâneas, permitindo sua construção e novas discussões a cada reunião. Com o uso da internet dos movimentos ou coletivos das redes sociais gerou-se grande poder de formação da opinião pública, alterando a forma de articulação e a atuação dos mesmos, ocasionando impactos dentro e fora dos espaços universitários (GOHN, 2018).

Entre os coletivos que fazem páginas no *Facebook*, plataforma esta que permitem que organizações e figuras públicas publiquem *stories*, eventos e informações, das quais, se conectam com o público em geral. Para os coletivos, as redes sociais são uma ferramenta importante para se conectarem com o público. De acordo com Maria e Ozório (2017), a estrutura dos coletivos universitários considera o diálogo horizontal, feita em sua maioria através das redes sociais que propiciam o debate de forma mais eficiente.

A maior parte deles começaram a serem criados entre 2012 e 2016, com um pico de 16,7% no ano de 2016, mostrando o quão recente são os fenômenos dos coletivos (OLIVEIRA; PENTEADO, 2019). Conforme os dados do IBGE (2016), em uma pesquisa feita ao longo do último trimestre de 2016, as redes sociais tem sido utilizado por cerca de 85% da população jovem, entre 18 e 24 anos, dos quais, 94,6% acessaram-na via celular e 63,7% pelo microcomputador. Como pode ser observado estes dados coincidem com o ano da criação do coletivo que será aqui tratado, sendo este formado no ano de 2016.

As manifestações ocorridas em junho de 2013 e as ocupações ocorridas em 2016 também podem ter influenciado esse estopim de coletivos. Conforme Melucci (1989) é a visibilidade dos movimentos que facilita aos novos grupos recrutar militantes aos movimentos sociais.

Com o desenvolvimento e o consumo de tecnologias por jovens, a internet tornou-se uma ferramenta para a mobilização da sociedade civil. Aliada a isso, conforme Gohn (2018), foi através da internet que grupos de jovens atraíram multidões às ruas em junho de 2013, convocando-os através das mídias sociais,

desenvolvendo posteriormente os protestos. Conforme Gohn (2018), em uma pesquisa feita pela Data Folha, constatou que as manifestações foram feitas por jovens com menos de 25 anos e com diploma universitário. Os protestos aconteceram como negação à forma como a política partidária estava sendo praticada. Entre as manifestações ocorridas entre os períodos de 2013 e 2017 destacaram-se as aglutinações em coletivos que continuaram a realizar encontros após 2013, com temas como mobilidade urbana, escolas livres etc. (GOHN, 2018).

Bem como visto anteriormente, os movimentos sociais feministas cresceram e se ampliaram em quase todos os países, principalmente no Brasil que através de movimentos, ONGs e coletivos vêm mantendo as pautas da luta feminista no século XXI. Atualmente, o contexto universitário também teve sua estrutura reivindicatória modificada, visto que, até então os CAs e o DCE eram as únicas formas que os estudantes usavam para reivindicações e manifestações políticas perante a universidade, que é feito e organizado de forma representativa, através de eleições, onde os próprios alunos se candidatam e se elegem, sendo aquele mais votado, o diretor do CA, que deverá buscar cumprir com o que foi estipulado na campanha eleitoral, conforme Maria e Ozório (2017), tendo essa estrutura modificada com a proliferação dos coletivos, que têm como características a não hierarquia entre os membros, eleições ou mandatos, formados por atores com opiniões e pautas comuns, que surgem enquanto novo movimento social que debate, interage e delibera, se tornando cada vez mais uma opção entre os alunos (GOHN, 2018).

Conforme Maria e Ozório (2017), o ambiente universitário favorece o surgimento de coletivos devido sua diversidade, como foi observado pelas autoras na PUC-Rio, que tinham no mesmo campus vários cursos com uma grande diversidade de alunos oriundos de distintas classes sociais. Essa diversidade de estudantes de origens e demandas diversas se unem ao ambiente que compartilham e através da identificação e engajamento formam ou ajudam a constituir os coletivos sociais.

Não muito diferente da PUC-Rio, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Campus Reitor João David Ferreira Lima, em Florianópolis, abrange diversos cursos no mesmo campus, rica em diversidade cultural e social entre seus alunos, como pode ser observado segundo dados da V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFEs (Institutos Federais de Ensino

Superior) feita em 2018. Na UFSC, 50,1% dos alunos possuem renda per capita de R\$ 1.250,00; 36% entraram através das políticas de ações afirmativas e cerca de 44,3% aumentaram a participação política após o ingresso na universidade, demonstrando um ambiente diverso e favorável a formação de coletivos⁷.

4.2 POR QUE PARTICIPAR DO COLETIVO? O QUE SE APRENDE NELE?

Conforme as entrevistadas o motivo de terem entrado no coletivo foi pela falta de coletividade e representatividade feminina no curso. Dito isso, conforme as integrantes, o coletivo promove o fortalecimento de um laço entre as mulheres, não cabendo a ele somente um lugar de luta feminista, mas também de acolhimento, criando-se uma relação que vai além do âmbito acadêmico como: sororidade e amizade, além também das questões teóricas do próprio curso.

Para Sueli participar do coletivo ajuda a ter mais autonomia sobre o que elas querem ler e pesquisar, além de aprender de uma forma diferente da sala de aula, com outras pessoas e suas diferentes visões, havendo nele trocas de vivências entre as alunas, fazendo com que uma estenda a mão para a outra, compartilhando situações do dia-a-dia, muitas vezes comum a todas. Enquanto integrante, Sueli afirma que muitas vezes o coletivo deixou a desejar, pois nem sempre ele conseguiu abarcar todas suas demandas, ficando um sentimento de que o poderiam ter dado mais, ou também um sentimento de limitação, como dito pela entrevistada.

Acerca do que se aprende ou já se aprendeu dentro do coletivo, de acordo com Sueli:

Eu me sentia muito perdida, no sentido de que eu estou num curso e eu não sei porque estou, mas eu gosto disso aqui, mas ao mesmo tempo não consigo sozinha ver o porquê que eu tô aqui. E esses espaços não só o coletivo, mas espaços parecidos como o coletivo feminista que me ajudaram a entender que não, aqui é meu lugar! É aqui que eu tenho que estar! E sim, pode não parecer que eu não me encaixo, mas faço parte disso aqui e é realmente o que eu quero, nesse sentido assim, me ajudou a me encontrar dentro do curso, fora dessa filosofia hegemônica que eles cobram. No coletivo aprendo a ser uma mulher que levanta outras mulheres, que pergunta se tá bem, se precisa de algo, que se preocupa com elas e que quer fazer coisas que colaborem pro nosso bem estar.

⁷ Ver em: <https://noticias.ufsc.br/2019/05/trabalho-estudo-deslocamento-perfil-do-graduando-ufsc-aponta-uma-rotina-intensa/>.

Para Emma: “Eu aprendi muito sobre a realidade das garotas do curso dentro do coletivo e também a minha perspectiva sobre a teoria feminista foi ampliada quando eu entrei no grupo”. Ou para Ângela que diz:

E hoje eu aprendi muito no coletivo sobre questões claro, feministas, em debates que já tivemos, mas questões de comportamento um com o outro, a saber lidar com as pessoas e tal.

Já Simone afirma:

Eu aprendi a me respeitar, a respeitar outras pessoas, a ver o que era certo e o que era errado, eu aprendi a amar né, eu aprendi a amar outras pessoas, aprendi que as mulheres têm que se ajudar o tempo todo, as pessoas têm que estar juntas e que o ódio não leva a lugar nenhum.

O coletivo para elas é um lugar de aprendizagem, visto que, conforme Emma, é um espaço de aprendizagem sob duas formas: tanto para aprender sobre a teoria feminista no geral quanto espaço de aprendizagem para organização. Ela também afirma que já aprendeu muito participando do coletivo. Para Sueli ele é um espaço de aprendizagem porque:

Você aprende tanto pelo fato de que as decisões são tomadas em conjunto através das convergências, portanto quando te possibilita ter contato com pessoas que possuem experiências e visões de vida diferentes das suas..

Ou para Ângela que afirma que:

O coletivo é um lugar de aprendizagem não só pelos grupos de estudo né que acontecem, mas também pela troca de experiências que tem dentro dele e pela empatia que rola, pela amizade que se forma, então eu acho que é uma questão de aprendizagem pra vida mesmo, não só uma questão teórica e tal, não só isso na verdade.

Assim também finaliza Simone:

Eu acho que o coletivo é um espaço de aprendizagem por causa que com ele a gente aprendeu.. Pode-se aprender, eu que vim de uma cidade pequena né, eu acabei... eu não conhecia o que era feminismo, não sabia o que era o coletivismo, não sabia nada de questões de gênero né, como minha cidade é uma cidade pequena, é uma cidade de interior, e ela é. Complicado né, aqui as questões de gênero não são muito faladas, aqui as mulheres morrem o tempo todo, é complicado sabe!? Mas o coletivo foi um espaço que eu pude aprender muito, foi um espaço que me fez libertar pra certas coisas... Eu pude ver que eu era uma mulher, eu pude me aceitar melhor, eu posso agora chegar e poder ajudar outras pessoas que necessitam, eu posso dizer: olha isso o que tu está falando é errado! Eu hoje em dia posso ajudar outras mulheres, eu posso enxergar o que é o certo e o errado. Foi um espaço de aprendizagem onde eu pude crescer, evoluir como ser humano, como pessoa, evoluir de espírito sabe”.

Em concordância com Guzzo e Wolf (2015), a partir das entrevistas, podemos observar que o coletivo é um espaço não só de empoderamento, mas também de

aprendizagem teórico e prático. De acordo com Gohn (2018), os coletivos por terem caráter de movimentos sociais, se fazem enquanto educativos, sendo posto pela autora como um movimento social contemporâneo, assim também como Maia (2013). Fica evidente em suas falas que, às entrevistadas reconhecem e apontam o coletivo como um espaço de aprendizado dentro da universidade, mas fora das salas de aula.

3.3 COLETIVO E FORMAÇÃO ACADÊMICA

Ao serem questionadas se o coletivo contribui para suas formações acadêmicas as respostas foram:

Demais! É como se a todo momento tudo que eu estudo teoricamente se concretizasse na prática e eu entendesse a materialização/consequências/intenções/implicações daquelas ideias no mundo concreto” (SUELI).

Ou conforme Emma:

O coletivo tem uma grande participação na minha formação acadêmica porque ... por causa da perspectiva que ele me traz sobre como construir a narrativa do mundo e no sentido mais literal também que ele me fornece literatura diretamente, então assim, o coletivo tem grande impacto na minha vida acadêmica.

Enquanto que para Ângela:

Eu realmente sinto essa diferença na minha vida né como acadêmica, então acho que o coletivo tem muito a contribuir na minha formação acadêmica não só teoricamente em questões de matéria e tal, mas sim em questões pra vida.

Ou Simone:

O coletivo teve grande parte na minha formação acadêmica. Ela participou desde o começo da minha da minha formação em 2016, que eu acabei conhecendo a Maria que me introduziu a ele num xerox... Eu já conhecia o coletivo Ana Montenegro, mas não sabia se era um coletivo com os ideais que ele a queria, e o coletivo Lily veio com o intuito de construir junto, o que acabou ajudando-a, e ela o ajudou de alguma forma. Tendo que tomar a frente de várias discussões dentro da universidade como por exemplo machismo dentro da sala de aula por parte de professores e assédio sexual junto com o departamento e os professores acusados, buscando voz e igualdade dentro do curso. A partir dessa reunião, ela percebeu que o departamento enxergou o coletivo”.

Contudo, a partir dessas falas é possível observar que participar do coletivo ajuda na formação de suas integrantes através da autonomia e responsabilidade para

com o mesmo, que por ser horizontal e sem lideranças promove um ambiente em que é necessário que seus atores se organizem em conjunto e por vontade própria.

Ao serem questionadas sobre o que eram os coletivos e movimentos sociais, as alunas tiveram de início uma certa dificuldade em responder, levando um tempo para refletirem sobre assunto ou afirmarem não saber diferencia-los, obtendo como respostas que o coletivo é pautado em questões mais específicas, voltado para a comunidade, sendo menor que um movimento social, com objetivos mais internos, apartidário e sem hierarquia. Sendo colocado também como sinônimo do movimento social, diferenciando-se dele apenas pelos seu tamanho e suas pautas. Para elas a diferença entre coletivo e movimentos sociais são de que:

O coletivo é uma organização direta de pessoas e um movimento social pode ser tanto uma grande organização quanto até um conceito idealizado de um movimento social. Inclusive nos coletivos acredito que até prevê uma horizontalidade assim.. Uma organização distinta do partidário (EMMA).

Enquanto que para Sueli:

Sim, há diferenças entre eles porque a maioria dos movimentos sociais estão "cooptados" por organizações políticas já coletivos em sua grande maioria rompe essa visão "partidária" e se unem por uma causa de forma autônoma e horizontal.

Já para Simone:

Eu acho que movimentos sociais são coletivismo né, nenhum e nem outro se retira, os dois são a mesma coisa basicamente, porque se a gente... A partir de um momento que a gente quer fazer algo mais social a gente precisa desse... de um coletivismo, a gente precisa desse apoio que envolve não só a gente, mas como a sociedade em um todo. Pra mim movimentos sociais e coletivos são basicamente a mesma coisa".

Ou conforme Ângela afirma:

O Coletivo acaba sendo algo que garante um benefício mais interno que externo, sendo os movimentos algo que vai trazer mais benefícios a comunidade e pra sociedade do que só do grupo. E para ela o coletivo contribui para sua formação acadêmica porque ela não se sente sozinha na faculdade, não só em questões teóricas, mas também pra vida.

Assim sendo, baseando-se nas falas acima, os coletivos também são espaços de aprendizagens extraclasse (GOHN, 2009), porém, diferente das entrevistadas não podemos afirmar que todos sejam apartidários e hierárquicos, visto existirem diversos tipos de coletivos. Neste caso, o coletivo é formado não só por mulheres que se identificam com seu gênero e se interessam pelo sexo oposto, mas mulheres trans., lésbicas, bi ou pansexuais. Um grupo heterogêneo que buscam através da sororidade

se formar enquanto coletivo, transformando seu ambiente com ações comunitárias como palestras, manuais e cine-debates promovendo aprendizado e informação para comunidade interna e externa à UFSC.

Conforme Gohn (2014), o processo atual sobre aprendizagem tem envolvido a questão da educação, da cultura e da formação dos indivíduos, das redes de compartilhamento e de como se dá o processo de conhecimento, podendo então afirmar que o coletivo, consoante a autora, é um ambiente de aprendizagem extraclasse, feito através da interação e de trocas entre suas participantes e com a comunidade. Participar de um coletivo gera não só autonomia e responsabilidade para com aquelas que se engajam em mantê-lo, mas também influencia a aprendizagem do indivíduo em objetivos comunitários voltados para a solução de problemas sociais de educação-não formal, ou seja, aquilo que se aprende fora da escola.

O coletivo não é só um ambiente de aprendizagem, no qual, suas integrantes já aprendem por estarem participando e ajudando em suas atividades, mas também por gerar um ambiente de apoio entre as alunas, que, como visto na entrevista, procuraram o coletivo para ter acolhimento, ou melhor, terem um lugar dentro da universidade em que elas possam se sentir seguras para explicar, refletir e compartilhar seu dia-a-dia e suas ideias. De acordo com Freire (1997):

É preciso que, pelo contrário, desde os começos do processo, vá ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma se forma e re-forma ao for-mar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado. É neste sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos nem forrar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado (n.p.).

Pode-se verificar, a partir da análise das entrevistas, que a opinião das alunas sobre a forma de como o coletivo se organiza, seus objetivos, aprendizados, posicionamento político e importância são compartilhados em suas falas, principalmente referindo-se ao coletivo enquanto um ambiente em que expressam seus sentimentos, em consequência de não poderem fazer isso dentro da sala de aula. Em contrapartida, as alunas divergem suas opiniões quanto a questões de raça. Mesmo tendo dúvidas e respondendo cada uma a sua maneira, todas colocaram o coletivo como um tipo ou fazendo parte do conceito de movimento social, no qual, ora

ele era foi colocado como tipo menor de movimento social, e noutra como sendo um movimento social.

Todas as entrevistas descrevem o coletivo como espaço em que se ensina e aprende. Aprendem a ter mais autonomia, iniciativa, a compartilhar ideias e experiências, buscando acolher quem está dentro e fora, ainda que muitas das vezes não saiam como o esperado e falhem no processo. Ambas as alunas afirmaram que o coletivo ajuda em suas formações acadêmicas, sendo ele importante dentro e fora do ambiente universitário, pois, é nele que elas também compartilham seus sentimentos.

Foi observado também que são apenas as partes interessadas da instituição que ajudam o coletivo, como a SAAD e o CDGEN, ambos voltado para dar acolhimento e suporte a alunos e alunas que venham a sofrer algum tipo de violência sexual, moral, LGBTfóbica, racista e machista dentro da universidade. Não havendo muita dificuldade em ocupar outros espaços da universidade que não seja o próprio centro habitado pelo coletivo, que como dito, tem ficado cada vez mais burocrático. No geral, o coletivo é bem recebido nos espaços da universidade, ainda que este permaneça nos mesmos.

Em suma, como pode ser visto através das literaturas estudadas, principalmente em Gohn (2006), que, o coletivo aqui estudado pode se encaixar na educação não-formal por ser um ambiente em que só de o comporem, suas integrantes já estão colocando em prática seus direitos e deveres enquanto cidadãs, aprendendo por meio das atividades, reuniões e trocas entre si. Por serem um coletivo social, por si só já trabalham objetivos comunitários e soluções sociais ao trocarem históricas, experiências e vivências, aprendendo a ter, sob diferentes óticas, pontos de vistas diferentes dos que já estão acostumadas, utilizando das redes e mídias sociais como suas principais ferramentas de comunicação e informações. Unindo aqueles que se identificam com a causa, informando-os no decorrer de suas postagens, compartilhamentos, reuniões e atividades sobre o feminismo e suas vertentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No geral, podemos concluir que, nas universidades o termo “coletivos” vem ganhando espaço, assim como nas redes sociais digitais, referindo-se à união de pessoas em torno de um objetivo comum. Contudo, não existem trabalhos que sintetizam os dados sobre este assunto e para preencher esta lacuna foi feita esta pesquisa, buscando entender como um coletivo feminista da UFSC funciona, trazendo a luz mais teorias sobre os movimentos sociais.

A pesquisa exploratória utilizou de técnicas qualitativas, através de uma entrevista semiestruturada com quatro integrantes do coletivo Lility, visitando e participando de suas redes sociais enquanto integrante do mesmo.

Como pode ser analisado o coletivo carrega em si a ideia de união, assim como a vinculação em causas sociais, característica comum nos movimentos feministas. O coletivo remete a um novo tipo de organização que se distancia das organizações formais ou burocráticas, pois, assim como visto nas entrevistas e na participação observante da pesquisadora

Através das falas das entrevistadas, foi possível identificar que o coletivo se iniciou devido à falta de discussões sobre pesquisadoras e autoras feministas e a falta de integração entre as mulheres do curso, visto ser majoritariamente masculino, e com alta evasão de mulheres no mesmo. Ao formarem o coletivo, as alunas se depararam com o machismo estrutural dentro da universidade, visto que, enquanto coletivo feminista, começaram a ser procurado pelas alunas não só para integração, mas também como forma de apoio e ajuda em casos de assédio sexual ou moral sofrida na universidade, muitas vezes até mesmo dentro do próprio curso.

Com relação a diferenças e similitudes nas falas das entrevistadas, foi observado que independente de quando entraram no coletivo, as alunas têm impressões parecidas sobre o coletivo, colocando-o enquanto um lugar de acolhimento entre mulheres, principalmente do curso de Filosofia. Como mostrado anteriormente as diferenças em suas falas se deu ao serem abordadas questões como raça e orientação sexual, tendo elas entrado e permanecido no coletivo pelo

mesmo motivo, no caso, para terem mais união e acolhimento dentro do espaço acadêmico.

O coletivo se apresenta como um pequeno grupo organizado, apartidário e não-hierarquizado, pautado na democracia e no diálogo, através das discussões nas reuniões internas do mesmo. Enquanto coletivo feminista, ele foca no feminismo interseccional, abordando todos os tipos de feminismos em seus textos e grupos de estudos, visto ser um coletivo heterogêneo quanto a raça; posição social, política ou feminista, formado por mulheres cis e trans., sob variadas orientações sexuais ou também pela dúvida dela. Não dá de supor que todos os coletivos sejam apartidários, mas este, enquanto coletivo feminista se colocou sendo apartidário, mas que entre direita e esquerda, se colocam enquanto um coletivo social feminista de esquerda.

Como visto a principal prática do coletivo guia em torno de palestras, encontros reuniões, saraus e rodas de conversas em que são discutidos textos e questões do cotidiano vivenciadas pelas integrantes. Notando-se a preocupação do coletivo em informar as alunas sobre as possíveis violências vividas no espaço acadêmico, e dar acolhimento, caso necessário.

Enquanto espaço de aprendizado o coletivo se apresenta como um ambiente em que pelas alunas estarem interagindo entre si, seja de forma acadêmica ou de sororidade, conforme as entrevistas foram observadas que a troca de vivências que acontece nesse coletivo também é uma forma de aprendizado, assim como aprender a se organizar enquanto coletivo, gerando mais autonomia e responsabilidade entre as alunas, visto que, é utilizado uma caixinha para o dinheiro e planilhas com recibos e gastos dos coletivos, gerando então a necessidade de responsabilidade para com as necessidades do coletivo.

Como pôde ser visto, a iniciativa coletiva depende da disponibilidade e do interesse dos indivíduos para agirem em questões pontuais, não necessitando com isso vínculos duradouros, mostrando a fluidez dos coletivos e da pouca disponibilidade dos sujeitos modernos.

Através dos temas trabalhados pelo coletivo, pode-se entender a novidade que eles trazem enquanto novos movimentos sociais. Temas esses envoltos em questões sociais como gênero, raça e sexualidade, trazendo questões contemporâneas

apontadas pelos novos teóricos dos movimentos sociais como Melucci e Gohn. Decorrente dessa observação, é possível afirmar que os coletivos são autônomos quanto a instituições estatais como sugerido pela literatura.

O coletivo se apresentou enquanto feminista interseccional, abordando temas como gênero e raça, além de diferentes vertentes feministas em suas atividades, aparecendo como Interseccionalidades mais comum as questões de gênero, sexualidade e feminismo negro. Por estarem em um ambiente universitário, que por sua vez se faz um ambiente heterogêneo, fica compreensível entender o motivo de o fazerem dentro do coletivo, pois o mesmo é influenciado tanto pelo ambiente externo, quanto pelas trocas de vivências feitas pelas integrantes do coletivo, seja no dia-a-dia com as redes sociais, ou reuniões, quanto nas atividades internas e externas promovidos pelo mesmo.

Em suma, o principal motivo para as alunas atuarem no coletivo e para se sentirem pertencentes a um grupo, visto que, em sua maioria são alunas do mesmo curso, debatendo e compartilhando não só sobre assuntos do curso, mas como temas e questões atuais, além de seu dia-a-dia. É possível notar que o coletivo diferente de um movimento social é mais pautado em questões específicas, heterogêneas e com temas abordando questões sociais, sendo composto por jovens se sem vínculos burocráticos ou formais, sendo um lugar de aprendizagem, acolhimento e trocas entre as integrantes, pautadas nos ideias feministas e sociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Dispõe sobre a implementação da Filosofia e da Sociologia no currículo do Ensino Médio. **Resolução nº 1, de 15 de maio de 2009.**

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao_cne_ceb001_2009.pdf. Acesso em: 22 de maio de 2019.

CAETANO, Ivone. O FEMINISMO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS TRÊS ONDAS DO MOVIMENTO FEMINISTA E A PERSPECTIVA DA INTERSECCIONALIDADE. Artigo apresentado como exigência de conclusão do Curso - **Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro EMERJ**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em:

http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistas/genero_e_direito/edicoes/1_2017/pdf/DeslvoneFerreiraCaetano.pdf. Acesso em: 05 de abril de 2019.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O Movimento Feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Gênero**. Política Social: UFF, Niterói, v.5, n.2, 2005, p.9-35.

Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/380>. Acesso em: 11 jan. 2019.

COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria, organizadoras. O feminismo no Brasil: uma (breve) retrospectiva. O feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas. **Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a mulher**. Salvador: UFBA, 2008, p 23-50. Disponível em:

<http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/feminismovinteanos.pdf>. Acesso em 05 de maio de 2019.

_____. Educação não-formal, educador (a) social e projetos sociais de inclusão social. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 28-43, jan. /abr. 2009.

_____. Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos. **Investigar em Educação - IIª Série**, Número 1, 2014.

_____. JOVENS NA POLÍTICA NA ATUALIDADE – uma nova cultura de participação. **Cad. CRH**, Salvador, v. 31, n. 82, p. 117-133, Apr. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792018000100117&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 de jun. de 2019.

_____. Educação não formal nas instituições Sociais. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 18, n. 39, p. 59-75, 2016 set/dez. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v18i39.3615>. Acesso em 05 de maio de 2019.

GOSS, Karine Pereira; PRUDENCIO, Kelly. O conceito de movimentos sociais revisitado. **Revista eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v.2, n.1(2), jan. /jun. 2004, p.75-91. Disponível em: www.emtese.ufsc.br/2_res6.pdf. Acesso dia 30 de outubro de 2018.

GUZZO, Morgani. Mobilizações feministas e LGBT+ na contemporaneidade: a efervescência dos coletivos na UFSC, em Florianópolis/SC. In. CRESCÊNCIO, C. L.; SILVA, J. G.; BRISTOT, L. S. Estudos de gênero, 2017. Disponível em: <http://www.legh.cfh.ufsc.br/files/2010/05/Hist%C3%B3ria-de-Genero-vers%C3%A3o-final-pdf.pdf>. Acesso dia 15 de agosto de 2019.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologia Qualitativa na Sociologia**. Petrópolis, Editora Vozes, 1992.

MAIA, Gretha. A juventude e os coletivos: Como se articulam novas formas de expressão política. **Revista eletrônica do curso de Direito da UFSM**. V.8, n.1, 2013.

MAIA, M. P.; SOUZA, A. K. A. DE. A CIBERCULTURA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS. **Revista Inter-Legere**, v. 14, n. 14, 6 maio 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/5310>. Acesso em 18 de jun. de 2019.

MALTA; Renata, OLIVEIRA; Laila. Enegrecendo as redes: o ativismo de mulheres negras no espaço virtual. **GÊNERO**, Niterói, v.16, n.2, p. 55 – 69, 2016.

MARIA; Elaine, OZÓRIO; Claudina. O papel do coletivo das mulheres na formação das universitárias da PUC-Rio. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 e 13 Women's World Congress (Anais Eletrônicos)**, Florianópolis, 2017.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo n.17, jun. de 1989.

_____. Juventude, tempo e movimentos sociais. *Revista Young*. Estocolmo: v. 4, nº 2, p. 3-14, 1996.

NAUJORKS; Carlos, SILVA; Marcelo. Correspondência identitárias e engajamento militante. **Civitas**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 136-152, jan.-mar. 2016. Disponível em:

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/18139/14423.%20Acesso%20em:%2005%20de%20abril%20de%202019>. Acesso em: 05 de abril de 2019.

NECKEL Roselane; KUCHLER Alita. UFSC 50 anos: trajetórias e desafios. – Florianópolis: **UFSC**, 2010. Disponível em:

http://agecom.ufsc.br/files/2010/12/Livro_UFSC50Anos_2010_web.pdf. Acesso em 10 de abril de 2019.

NOVELLINO, Maria. As organizações não-governamentais (ONGs) Feministas Brasileiras. **Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, 2006. Disponível em:

http://acordaterradesantacruz.com.br/wp-content/uploads/2013/02/ONGs_Feministas_Brasileiras.pdf. Acesso em: 05 de abril de 2019.

PENTEADO; Cláudio, OLIVEIRA: Marília. Autodenominação "Coletivo": o que essa escolha pode nos informar. **19º Congresso Brasileiro de Sociologia**, 2019, UFSC - Florianópolis, SC. Disponível em:

<https://www.sbs2019.sbsociologia.com.br/atividade/hub/gruposdetrabalho>. Acesso em: 12 de jul. de 2019.

SARDENBERG, Cecilia Maria (orgs.). O feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas. **Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher**, Salvador: UFBA, 2008.

SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. (Orgs.). Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul. **Brasiliense**, São Paulo, p. 35-53, 1987.

SCHERER-WARREN, Ilse; LUCHMANN, Lígia. Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil - Introdução. **Política & Sociedade**, n. 5 – outubro de 2004.

SCHERER-WARREN, Ilse; LUCHMANN, Lígia. **Movimentos sociais e participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina**. Ed. da UFSC, Florianópolis, 2011.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(2): 264, maio-agosto/2004. p. 35-60.

SPOSITO, Marília. Juventude e Educação: interações entre a educação escolar e a educação não-formal. **Educação & Realidade**, vol. 33, núm. 2, jul, - dez., Universidade Federal do Rio Grande do Sul Porto Alegre, p. 83-97, 2008.

UFSC. Trabalho, estudo, deslocamento: perfil do graduando UFSC aponta uma rotina intensa. **Notícias da UFSC**, Florianópolis, 13 de maio de 2019. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2019/05/trabalho-estudo-deslocamento-perfil-do-graduando-ufsc-aponta-uma-rotina-intensa/>. Acesso em: 15 de jun. de 2019.

IBGE. PNAD Contínua TIC 2006: 94,2% das pessoas que utilizaram a internet fizeram para trocar mensagens, 04, 2018. **Editora: Estatísticas Sociais**, 2018.

Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20073-pnad-continua-tic-2016-94-2-das-pessoas-que-utilizaram-a-internet-o-fizeram-para-trocar-mensagens>. Acesso em: 18 de jun. de 2019.

ANEXOS

ROTEIROS DE ENTREVISTAS

Bloco 1 – Dados Pessoais

- 1) Qual seu nome?
- 2) Qual sua idade?
- 3) Como você se identifica enquanto gênero?
- 4) E sua orientação sexual?
- 5) De que cidade você veio?
- 6) Qual seu curso e a fase em que está?
- 7) Qual seu ano de ingresso na UFSC?
- 8) Já começou algum curso antes?
- 9) Já participou de algum coletivo antes? Se sim, qual?
- 10) Participa de outros coletivos? Se sim, qual?
- 11) Participa de outras identidades de cunho político (por exe. Centro Acadêmico), DCE (Diretório Central Estudantil), partido político)?
- 12) Caso já tenha participado, porque não participa mais?

Bloco 2 - Perguntas que serão feitas uma única vez para apenas uma participante mais antiga do coletivo.

- 1) Há quanto tempo o coletivo atua dentro da universidade?
- 2) Como e porque surgiu o coletivo?
- 3) Você estava presente nesse surgimento?
- 4) Ele é formado só por estudantes? (Tem exe. Alunos, professores, servidores técnicos)
- 5) Quantos estudantes fazem parte do coletivo?
- 6) Tem algum documento com o registro do coletivo?
- 7) Só tem alunas do mesmo curso?
- 8) Tem participação de professores ou servidores da UFSC?
- 9) Ele é aberto a participação de outras pessoas que não estejam vinculadas a universidade?

- 10) É um coletivo exclusivamente feito por mulheres?
- 11) Qual o papel do homem nesse coletivo? Como é a inserção deles.

Bloco 3 – Questões gerais

- 1) Quando você entrou no coletivo?
- 2) O que te fez participar deste coletivo?
- 3) Na sua percepção qual é a finalidade do coletivo? (Ou seja, por que ele foi feito?)
- 4) Há quanto tempo está nele?
- 5) Há mulheres negras no coletivo?
- 6) Existe alguma discussão sobre raça no coletivo?
- 7) Como o coletivo se organiza?
- 8) Vocês se reúnem presencialmente? Se sim, onde? Com que frequência? Qual a finalidade dessas reuniões? O que é debatido nessas reuniões?
- 9) Vocês usam as redes sociais para se comunicarem? Se sim, quais? Com que frequência? O que normalmente é discutido nessas redes sociais? Tem grupo no WhatsApp? Quantos participam?
- 10) Como você se posiciona politicamente?
- 11) Na sua percepção, o coletivo tem algum posicionamento político?
- 12) Nos espaços que demandam presença física de algum integrante, tem algum representante recorrente do coletivo nesses espaços?
- 13) Como o coletivo atua na UFSC? (Que tipo de atividade (s) são organizadas pelo coletivo, tem atividades fora do ambiente universitário?)
- 14) O coletivo interage com outros coletivos? Se sim, com quais? Como se dá essa interação?
- 15) Como você avalia, nos diferentes espaços da universidade, como vocês são recebidos?
- 16) Existe alguma forma de financiamento do coletivo? Se sim, como?
- 17) No espaço institucional a UFSC auxilia em seus eventos? Se sim, como?
- 18) O Coletivo procura ajuda material da universidade como: impressão de banners, panfletos etc.? Normalmente que tipo de resposta vocês tem da instituição?
- 19) Você acha que o coletivo é um espaço de aprendizagem? Se sim, Porque?

20) O que você aprende ou já aprendeu no coletivo?

21) Na sua percepção existe diferença entre coletivos e movimentos sociais?

22) Na sua avaliação, participar do coletivo contribui para sua formação acadêmica? Por que?